SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

07/07/2015 - Sinttel

Vivo/Telefônica enrola o PPR e decepciona seus trabalhadores

Desde 1998, ano em que a Telefônica Espanha adquiriu a Telesp, o Sintetel em conjunto com a empresa instituiu a Participação nos Lucros, o SRE. Desde então, a Vivo só cresceu no Brasil com o aumento do seu capital, aquisição de empresas, evolução tecnológica, a ponto de ser considerada a empresa mais poderosa do mundo.

Isso tudo, graças aos seus trabalhadores que tradicionalmente sempre receberam a antecipação do PPR no mês de julho.

Justamente agora, na troca de comando, em que assume um novo presidente que elabora e divulga um projeto de estratégia e integração visando motivar os trabalhadores a cada vez mais consolidar a empresa como líder do setor, a Vivo afirma em mesa de negociação não ser possível efetuar o pagamento da antecipação do PPR para julho. Sabem por quê?

Porque até hoje a empresa não apresentou para o Sindicato as metas e os objetivos do PPR. Sem essas informações não tem como negociar.Diz ela que não tem segurança jurídica para efetuar o adiantamento. Entretanto, a empresa esquece que a culpa disso tudo é dela própria.Se a empresa quer o melhor do seu trabalhador, ela tem que mostrar o seu melhor, pois o Sintetel ratificou que o pagamento da antecipação não impede a continuidade das negociações.

Projeto Genesis

Se o nome do projeto é "Genesis", que quer dizer "no início", precisamos ter desde já reciprocidade de confiança por parte da empresa. Além do que, muitos trabalhadores assumem compromissos financeiros contando com a antecipação do PPR em julho.

Se as expectativas são ambiciosas, transformacionais e que gerarão valores relevantes para os acionistas, como diz o documento, tem que primeiramente valorizar e reconhecer os principais artistas desta cena que são os trabalhadores.

Os trabalhadores repudiam qualquer mudança do mês de pagamento da antecipação do PPR. Também não admitem a "economia porca" que a empresa começou a fazer em relação ao vale-transporte, mostrando características de "empresinha de fundo de quintal".

O Sintetel e os trabalhadores reivindicam que o pagamento da antecipação do PPR seja realizada ainda neste mês.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/07/2015 - Instituto Telecom

Minicom reafirma metas do Banda Larga para Todos no Senado

O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, confirmou, nesta terça-feira, 7, as metas do plano Banda Larga para Todos, que deve ser lançado pelo governo ainda este ano. Segundo ele, a meta é a de levar fibra ótica para 90% dos municípios, levar a rede fixa para perto de 45% dos domicílios e aumentar a velocidade média para 25 Mbps, indicador usado pelos países que têm programas semelhantes, como Alemanha e França. "Isso não quer dizer que todos os mais de 100 milhões de usuários que serão conectados com o plano receberão a mesma velocidade", salientou.

Martinhão ressaltou que o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) promoveu um grande avanço para a massificação do acesso à Internet desde 2010, com crescimento de 60% na banda larga fixa e de 735% nos acessos móveis, e na ampliação de oferta do serviço. Porém, ele entende que nos quesitos preço e velocidade ainda há muito que fazer. "Para a economia, existe um grande conjunto de estudos que dizem que dobrar a velocidade média da Internet no País pode acrescentar 0,3% ao PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro", disse o secretário, que participou de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado sobre o tema.

O presidente da Telebras, Jorge Bittar, ressaltou a participação estratégica da estatal no plano, com a ampliação da rede de fibra ótica terrestre, o lançamento de um satélite em 2016 (que começará a ser operado em 2017), a instalação de cabo submarino ligando o Brasil à Europa e a instalação de 8 mil quilômetros de fibra ótica subaquática nos leitos dos rios da região Amazônica.

"Os recursos para investimento do satélite estão absolutamente mantidos, os investimentos para aumentar a capilaridade das nossas redes de fibras óticas também estão assegurados, assim como os recursos para nosso cabo submarino", garantiu Bittar. Segundo ele, isso mostra a prioridade que o governo dá à expansão da banda larga.

O presidente-executivo da Abrint, Erik Rodrigues, por sua vez, disse que 2 milhões de acessos são garantidos por 78% das empresas do SCM optantes do Simples Nacional. Segundo ele, atualmente existem 2.121 atuando no País e que a grande maioria atende até mil assinantes.

Rodrigues afirmou que os pequenos provedores têm um papel relevante na massificação do acesso à Internet e que as empresas, individualmente ou em consórcios, estão implantando fibras óticas no País. Ele reclama, no entanto, da falta de acesso a financiamentos. "Não queremos incentivos fiscais, mas acesso a crédito com juros de 4,5% ao ano pelo prazo de 10 anos, com carência de 4 anos", disse.

O prefeito de São José dos Campos, Carlos José de Almeida, apresentou o programa de uso da banda larga nas escolas. Ele afirmou que todas as escolas municipais têm 30 Mbps de capacidade, sistema integrado, professores com notebook, alunos com tablet, salas equipadas com equipamento inteligente e interativo. "Tudo integrado em rede, professor controla os tablets de alunos e pode aplicar testes rápidos de avaliação de aprendizagem", disse.

O prefeito disse que todos os custos do programa, que envolve a construção de rede de fibra ótica, capacitação e treinamento, estão dando muito certo e credita esse sucesso ao envolvimento do corpo docente e das famílias dos alunos. Almeida afirmou que, para garantir a continuidade do programa, aprovou lei e mantém o envolvimento constante dos atores envolvidos.

Para os senadores, é indiscutível que o PNBL trouxe avanços, mas há ainda a ser feito. "Eu tenho sido insistente em relação a essa expansão, a esse cuidado na região Norte. Todos os senadores da região reclamam muito aqui, porque a gente observa que a prioridade são sempre as regiões metropolitanas", disse a senadora Ângela Portela (PT-RR).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/07/2015 - Instituto Telecom

Microsoft demitirá 7,8 mil funcionários e promete repensar sua estratégia em mobilidade

A Microsoft vai demitir ao longo dos próximos meses 7,8 mil funcionários ao redor do mundo, principalmente na área de handsets. O anúncio foi feito por email aos empregados pelo CEO da companhia, Satya Nadella.

As demissões fazem parte de um processo de reformulação da estratégia da empresa em mobilidade. Nas palavras do executivo, a Microsoft deixará de ter uma atuação isolada em celulares para passar a fomentar o desenvolvimento de um ecossistema Windows mais completo, o que incluirá smartphones.

"Estou comprometido com a nossa produção própria de aparelhos, incluindo telefones celulares. Porém, temos que concentrar nossos esforços em futuro próximo no propósito de nos reinventarmos (nesse setor). Estamos migrando de uma estratégia de crescimento de celulares como um negócio isolado para uma estratégia de criação e crescimento de um ecossistema vibrante em Windows, o que incluirá uma família de aparelhos com desenvolvimento próprio", escreveu Nadella no email.

Em um primeiro momento, a Microsoft vai reduzir seu portfólio de celulares, concentrando-o em três segmentos: corporativo; modelos de entrada; e flagships com Windows. Depois, a Microsoft vai trabalhar na construção de novas categorias de produtos móveis, trazendo inovação para o mercado, disse o executivo.

Perdas

Junto com as demissões e a promessa de uma nova estratégia em mobilidade, a Microsoft informou que vai reconhecer contabilmente as perdas de US$ 7,6 bilhões em valor relacionadas a ativos adquiridos da Nokia, além de um custo extra de reestruturação que vai girar entre US$ 750 e US$ 850 milhões.

Brasil

Procurada por MOBILE TIME, a Microsoft Brasil confirmou que a operação no País vai sofrer reflexos do corte global. No entanto, a companhia não informou quantas demissões acontecerão no País e nem se haverá fechamento de sua fábrica em Manaus. Além dos smartphones, a instalação produz as unidades dos videogames Xbox 360 e Xbox One.

09/07/2015 - Instituto Telecom

Anatel libera o resgate de R$ 127,8 milhões em garantias de leilões

A Anatel liberou o resgate de garantias pela Claro, Telefônica e a Oi após cumprimento de abrangências previstas nos leilões das sobras de frequências, em 2007, e do de 4G, em 2012. No total, as operadoras poderão recuperar R$ 127,8 milhões.

Só a Oi poderá desbloquear R$ 102,6 milhões referentes às garantias de obrigações em 35 municípios de todas as regiões do País, previstas na licitação da faixa de 2,5 GHz, realizado em 2012. A Claro tem direito a resgatar R$ 15,5 milhões pela cobertura de 200 municípios previstos no leilão das sobras, realizado em 2007. E a Telefônica poderá sacar R$ 9,6 milhões, por ter cumprido as metas de abrangência em 139 cidades, também previstas no leilão das sobras.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/09/2015 - IHU

Redução da maioridade penal: medidas pontuais são desastrosas. Entrevista especial com Jacqueline Sinhoretto

"Desistir do Estatuto da Criança e do Adolescente porque as medidas socioeducativas não funcionam, é como jogar o bebê com a água do banho", adverte a socióloga.

A redução da maioridade penal de 18 para 16 anos "cria dois sistemas diferenciados" em relação à punição dos jovens, afirma Jacqueline Sinhoretto em entrevista à IHU On-Line, ao comentar a aprovação da PC 171 na Câmara dos Deputados na semana passada. "O problema é que se criam dois sistemas diferenciados: para um tipo de delito, terá um tipo de tratamento, e para outro tipo de delito, terá outro tipo de tratamento. Então, isso cria uma distorção e uma desigualdade muito grande dentro do próprio sistema, que vai trazer consequências importantes; ou seja, vai colocar as pessoas muito jovens no sistema prisional, embora muitas das pessoas presas hoje não estejam presas por terem cometido crimes contra a vida", explica.

Contrária à medida, a socióloga pontua que "as diferenças" entre o que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente e o que determina o Código Penal "são profundas", e "não é porque o sistema socioeducativo vem sendo mal implementado que se deve desistir dele. Ao contrário, devemos lutar para que o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, aconteça", justifica.

Autora do Mapa do Encarceramento 2015, Jacqueline Sinhoretto pontua que as políticas de punição estão em expansão no país, mas "aquilo que reduz furto de celular não é a mesma coisa que reduzirá homicídio", o que significa dizer que "temos de entender qual é o problema que está sendo atacado e quais são as soluções para atacar esse problema", frisa. Segundo ela, a composição da população carcerária brasileira demonstra "o modo como as políticas de segurança são geridas", com um foco central no combate aos crimes de patrimônio e na guerra contra as drogas. As políticas de segurança "não têm foco na segurança das pessoas e na manutenção da vida. Dessa forma, temos muitos homicídios. O foco das políticas de segurança é lidar com o problema do crime patrimonial, e ele não diminui, e é lidar com a questão das drogas, e o mercado de drogas 'vai muito bem, obrigada'", adverte.

A socióloga informa ainda que nas duas últimas décadas os investimentos em segurança melhoraram substancialmente, mas "o maior investimento e o mais visível é no policiamento ostensivo, e muito pouco foi investido em policiamento comunitário, por exemplo, em formas de policiamento que são diferentes daquela viatura rodando e procurando as atitudes suspeitas, que é a base do policiamento ostensivo".

Jacqueline Sinhoretto (foto abaixo) é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP, mestre e doutora em Sociologia pela mesma universidade. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de São Carlos, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Leia mais em:
http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/reducao-da-maioridade-penal-medidas-pontuais-sao-desastrosas-entrevista-especial-com-jacqueline-sinhoretto/544364-reducao-da-maioridade-penal-medidas-pontuais-sao-desastrosas-entrevista-especial-com-jacqueline-sinhoretto

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/07/2015 - Vermelho

Salário mínimo completa 75 anos com o maior valor de compra

O salário mínimo, criado em 1940 pelo então presidente Getúlio Vargas, completa 75 anos de existência nesta quarta-feira (8). Durante muito tempo, o rendimento mínimo do trabalhador brasileiro não teve ganhos reais, pois não tinha uma política de atualização favorável ao trabalhador.

O salário mínimo foi criado com o valor de 240$000 (duzentos e quarenta mil réis) e, três anos depois, (1943) virou (Cr$ 300) cruzeiros.

Mas já "idoso", com mais de seis décadas de existência, o salário mínimo foi brindado com acentuadas e revigorantes doses de realidade. A partir de janeiro de 2003, nunca foi tão valorizado e forte. De lá para cá, quase quadruplicou de valor: de R$ 200,00 para R$ 788,00 – mais R$ 588,00, ou 294% de aumento em 14 anos. E a inflação desse período foi de apenas 87,64%.

Até a década de 1990, em cinquenta anos de existência, o salário mínimo conviveu com várias e distintas moedas. A partir de março de 1994, seu valor passou ser traduzido pela moeda atual (o real).

Ao ser convertido para a nova moeda, naquele ano, o valor não passava de R$ 64,79, passando a R$ 70,00 seis meses depois, valor com o qual chegou ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em janeiro de 1995.

No entanto, passados oito anos e encerrado o ciclo tucano (2002), o rendimento mínimo do trabalhador mantinha-se comportadamente restrito a R$ 200,00 (avanço de 85,7%) e iria ganhar velocidade a partir daí, com a política de atualização real aplicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De 2003 a 2010 saltou a R$ 510,00: o salário ficou 2,55 vezes maior, com 155% de aumento no período.

No entanto ,no governo Lula a inflação oficial acumulada foi de 47,72%, enquanto no governo anterior (FHC) os preços subiram 114,43% – 58,27% a mais de carestia. Com inflação menor e reajuste real, no governo Lula o salário mínimo passou a valer mais. Em 2002, quando FHC deixou o governo, o mínimo comprava 1,42 cestas básicas; no ano passado (2014), quando valia R$ 724,00, passou a comprar 2,24 cestas básicas.

Resultado é que, descontada a inflação, o governo FHC conseguiu elevar o SM em 33,65% (3,65% ao ano), enquanto Lula promoveu uma atualização de 72,62% (7,06% a.a.).

Adotando a mesma política de Lula, a presidenta Dilma Rousseff elevou o valor do mínimo a R$ 788,00 desde 2011, um ganho de R$ 278,00 (ou 54,5% de aumento) em quatro anos, mais que o dobro da inflação (27,03%) do período. Nesses 14 anos, as classes mais baixas ascenderam socialmente, passaram a ter acesso a mais bens, equipamentos e aparelhos eletrodomésticos, mais vestuário, alimentação e educação, com reflexo direto na melhoria do indicador de qualidade de vida do pais.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

08/07/2015 - CUT

Acidente em terminal da Transpetro no ES mata dois trabalhadores terceirizados

Trabalhadores morreram na tarde de terça (7), no Espírito Santo, enquanto montavam andaime

Dois trabalhadores terceirizados da empresa Espiral morreram na tarde desta terça-feira, 07, no Terminal da Transpetro de Barra do Riacho (TABR), na cidade de Aracruz, situada norte do Espírito Santo. O acidente ocorreu quando os trabalhadores estavam realizando a montagem de um andaime na ponta do píer, sobre o mar, para fazer a manutenção na instalação oceanográfica do terminal.

Segundo informações do Sindipetro ES, o concreto cedeu e, o andaime que não estava ancorado, foi para dentro da água, levando junto os trabalhadores que estavam presos à estrutura pelo cinto de segurança. Ainda segundo o sindicato, a Permissão de Trabalho (PT) havia recomendado que os funcionários ficassem apenas de colete, sem se amarrar pelo cinto no andaime. Ambos foram resgatados já sem vida pelos próprios colegas de trabalho, pois uma hora após o acidente, ainda não havia chegado qualquer tipo de socorro.

O Sindipetro ES está em busca de informações mais detalhadas sobre as causas do acidente e já indicou uma mobilização em defesa da vida, a ser realizada nesta quarta-feira, 08. O sindicato informou que vem cobrando a Transpetro, há mais de um ano, uma ambulância no local da unidade.

06/07/2015 - Carta Capital

Desemprego não para de aumentar. Qual a saída?

Quem paga muitos impostos são os pobres, os trabalhadores e a classe média. Quem não paga ou é aliviado são os grandes empresários, os latifundiários, os rentistas e os milionários

É verdade que o desemprego já foi muito maior do que é hoje. Em maio de 2003, era 12,9%. O nível de desemprego ainda não pode ser considerado alarmante. Mas a trajetória crescente é desesperadora. Associado a esse problema, vem outra dificuldade, evidente e muito grave. O emprego formal, com carteira assinada, também vem sofrendo queda acentuada. O saldo de geração de empregos formais no ano é negativo. Já foram fechados mais de 278 mil postos de trabalho com carteira assinada de janeiro a maio.

No Brasil da última década, o mais importante instrumento de inclusão social foi o acesso ao trabalho e, especialmente, o trabalho com carteira assinada. O emprego com carteira assinada concede direitos, de férias, de 13º salário, de seguro-desemprego etc. E oferece, além disso, a possibilidade da compra a crédito. Por exemplo, permite a compra de forma parcelada de uma máquina de lavar, que é essencial em uma casa, porque possibilita mais horas para o descanso, o lazer e para a família.

A atual exclusão social decorrente do desemprego é resultado da política de austeridade do governo que visa o chamado ajuste fiscal. O governo deseja reduzir o déficit nas contas públicas. E corta gastos e direitos trabalhistas e sociais.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

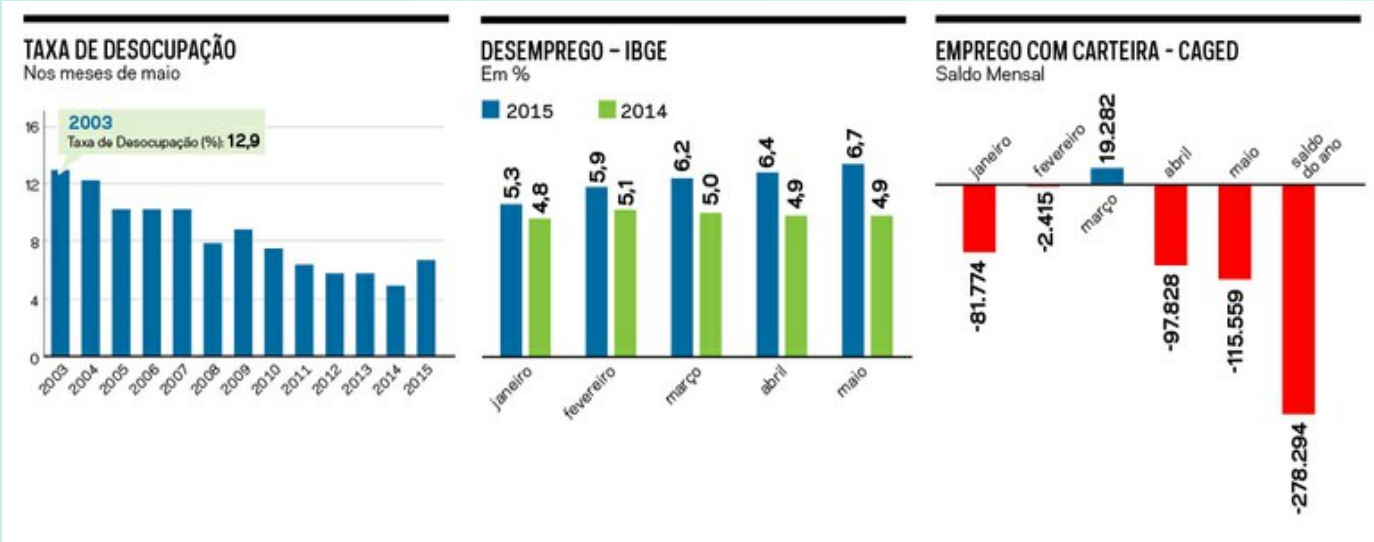
Sim, é preciso reduzir o déficit do ano passado que foi de 6,7% do PIB. Tal déficit não foi produzido por uma "gastança" pública dirigida a programas sociais. Foi produzido devido à baixa arrecadação, já que o crescimento econômico foi pífio, e devido aos gastos do governo feitos para beneficiar empresários e rentistas. Aos empresários, foi feita uma transferência, na forma de desonerações, de mais de R$ 100 bilhões (2,1% do PIB). Ao rentistas, foram pagos mais de R$ 300 bilhões (6,1% do PIB).

O país tem que voltar a crescer para gerar empregos, arrecadação tributária e melhorar suas contas públicas. É preciso gastar, e não cortar gastos públicos, para estimular o crescimento. É preciso gastar certo e com qualidade. Gastos públicos com pagamentos de juros e desonerações não geram empregos. É preciso gastar realizando obras na construção civil, que geram muitos empregos: ampliar o programa Minha Casa, Minha Vida, construir escolas, hospitais e infraestrutura urbana e rural.

Novos gastos públicos não devem ser financiados com mais déficit público. Não é preciso ser muito inteligente para perceber que há outras fontes de financiamento. Aliás, não é uma questão de inteligência, mas sim de escolha de projeto e de coragem política. As grandes empresas, bancos, latifundiários, ricos, milionários e bilionários poderiam começar a financiar o desenvolvimento brasileiro.

Há no Brasil uma grande injustiça tributária. Quem paga muitos impostos são os pobres, os trabalhadores e a classe média. Quem não paga ou é aliviado são os grandes empresários, os latifundiários, os rentistas, os ricos, os milionários e os bilionários brasileiros.

Uma reforma que faça justiça tributária seria uma fonte imensa de recursos para garantir empregos e financiar os gastos públicos de um modelo de contínuo crescimento. Com uma reforma justa, a receita pública aumentaria e a economia seria dinamizada pelos gastos feitos por aqueles que ganham menos e que, portanto, gastam toda a sua renda disponível.

A justiça tributária poderia começar já, antes de uma reforma, com a cobrança efetiva daqueles que comprovadamente devem impostos e não pagaram (são devedores que estão inscritos na dívida ativa da União). Cabe à Procuradoria Geral da Fazenda fazer está cobrança ou execução.

Fica aqui um número estarrecedor: segundo a Procuradoria da Fazenda, comprovadamente são devidos ao governo federal UM TRILHÃO DE REAIS de impostos não pagos. Esse TRILHÃO DE REAIS não para de crescer – e o governo federal somente consegue recuperar 1,3% desse montante ao ano.